

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2020**

- Relatório
- Balanço
- Conta da Gerência
- Parecer do Conselho Fiscal



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

1. Relatório da Direção

No sentido de dar cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação Empresarial de Penafiel, adiante designada AEP, e de forma a levar ao conhecimento dos Senhores Associados o que foi a atividade da Associação ao longo do ano de 2020, apresenta-se para análise, apreciação e votação o presente Relatório de Atividades que pretende dar relevo aos principais factos ocorridos durante esse período, que coincide com o primeiro ano do mandato dos atuais Corpos Sociais, eleitos em Fevereiro de 2020.

Anexa-se, ainda, ao presente Relatório de Atividades, o Balanço e Contas do exercício de 2020 para apreciação, discussão e votação e, ainda, para conhecimento, o Parecer do Conselho Fiscal relativo às orientações tidas pela Direção e às Contas apresentadas referentes a esse período, conforme previsto na alínea b) do artigo 30º dos Estatutos.

Sendo a Assembleia Geral constituída por todos os Associados, nos termos estatutários, é de confiar que nela seja realizada uma rigorosa análise à gestão e atividade desenvolvidas pela Direção, às suas diretivas e orientações, aos seus resultados e às suas expetativas.

Espera-se que na Assembleia Geral de apreciação e discussão do exercício agora findo, os Senhores Associados possam promover uma elevada participação e, pela sua intervenção e proatividade, possam cooperar também com a sugestão de ideias e projetos para a atividade da Associação.

O exercício que agora termina assinala o início do mandato dos atuais Corpos Sociais que, num ano particularmente atípico ao nível do desenvolvimento da atividade empresarial e associativa, asseguraram a estabilidade diretiva, financeira e operacional que tem caracterizado a atividade da Associação nos últimos anos, estabilidade essa que se traduziu num resultado positivo de mais de 60 mil euros, na solidez dos vínculos laborais com os funcionários e com os vários prestadores de serviços, na credibilidade junto da Banca, na forte intervenção junto do tecido empresarial, na constante aposta em novos projetos e iniciativas e, sobretudo, na capacidade de uma rápida adaptação às novas exigências impostas pela pandemia da COVID-19.

O ano de 2020 fica indubitavelmente marcado pela situação pandémica vivida em Portugal e no Mundo e que, de forma marcante, afetou a atividade da Associação, não tanto nos resultados alcançados, na forma de os alcançar.

Na verdade, pouco mais de uma semana após a tomada de posse dos atuais Corpos Sociais, em 6 de Março de 2020, foram impostas medidas de confinamento à atividade empresarial no seu todo e, com especial incidência, no setor da formação profissional que viu proibida a ministração de formação em regime presencial.

Mas, ainda antes da divulgação dessas medidas por parte das Autoridades de Saúde, a AEP suspendeu a sua formação presencial, demonstrando, logo aí, que a prioridade da sua atuação seria, sobretudo, a salvaguarda da saúde e da vida das pessoas.

Perante isto, houve uma necessidade de redefinição da forma de atuação, quer ao nível do funcionamento interno, quer ao nível do apoio prestado aos senhores Associados.

Não sendo o objetivo deste Relatório detalhar com detalhe todas as iniciativas tomadas, importa referir ainda assim que, ao nível interno, foram adaptados e reconvertidos todos os espaços às medidas de segurança e higiene impostas, criadas todas as medidas conducentes ao cumprimento das medidas sanitárias; foram ajustados os horários e implementado o regime de teletrabalho e/ou regime de trabalho em espelho; foi ajustada a forma de atendimento presencial e garantida a ministração de formação em regime à distância, situação que decorreu de um enorme esforço de adaptação que, felizmente, garantiu que, passadas duas semanas, centenas de formandos vissem restabelecida a realização das suas aulas. Para tal, foi necessário promover, com custos suportados pela AEP, o curso de E-Formador a todos os formadores que prestam serviços nesta instituição.

Ao nível do apoio aos senhores Associados, foi também feito um ajustamento interno na forma de comunicar para que a presença da AEP junto do seu universo associativo e do tecido empresarial fosse cada vez mais notória e, sobretudo, proveitosa e útil. Apontamos como exemplos de medidas tomadas as iniciativas “À sua porta”, “Retoma Segura”, a negociação para a introdução em Penafiel do serviço de entregas ao domicílio da Uber Eats, o protocolo com a Câmara Municipal e com os CTT para a

implementação de uma plataforma de compras / vendas online ao serviço dos empresários e, entre outros, a regular e atualizada informação sobre todas as medidas fiscais, económicas e operacionais que foram legisladas por força das imposições provocadas pela pandemia.

Num outro prisma, a AEP teve um comportamento ativo de reivindicação perante as Autoridades, em especial o Governo, tendo tornado públicas várias cartas abertas dirigidas ao Primeiro Ministro e/ou ao Ministro da Economia a reclamar da inoperância das medidas anunciadas e a reclamar pela implementação de tantas outras para que fosse possível, em tempo útil, ajudar efetivamente as empresas do concelho e da região, nomeadamente no financiamento imediato à sua tesouraria e à manutenção dos postos de trabalho.

O ano agora findo mereceu, portanto, por parte da Direção, um compromisso sério e empenhado, sempre no sentido de assegurar o desiderato máximo de garantir o estatuto de parceiro de confiança aos senhores Associados, solidificar as bases de um futuro de estabilidade, de projeto consolidado e com capacidade de renovação e de reinvenção, em que os Associados se possam rever com satisfação numa Instituição com 128 anos, mas que se sabe renovar, se consegue adaptar às cada vez maiores exigências com que se depara e que consegue, paulatinamente, transmitir uma imagem de entidade idónea que respeita os seus compromissos e os seus parceiros.

A estabilidade financeira que se conseguiu manter neste exercício, e que foi fruto de um trabalho rigoroso de toda a equipa da AEP, permite continuar a delinear e executar verdadeiros projetos fomentadores do Associativismo e a aproximar a AEP dos empresários, unindo esforços, conhecendo as suas necessidades globais e específicas, de modo a poder ser uma parte da solução da classe empresarial.

De forma sucinta, mas reveladora, reproduz-se as declarações do Presidente da Direção por altura do assinalar do primeiro ano do Mandato da atual Direção:

“6 de março de 2020 marca o início do mandato da Direção da Associação Empresarial de Penafiel (AEP) para o triénio 2020-2022, 4 dias após a deteção do primeiro caso COVID-19 em Portugal.

Longe estaríamos de imaginar a alteração do paradigma associativo que nos teríamos de adaptar.



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

12 de março de 2020 tomaríamos a decisão de encerramento das nossas atividades de formação profissional e atendimento ao público de forma independente e sem autorizações de órgãos superiores.

19 de março de 2020 é decretado o confinamento geral.

Este mandato é marcado por este acontecimento que veio alterar a nossa normalidade.

Numa fase em que o associativismo tem vindo a perder importância e influência foi para nós um enorme desafio liderar esta instituição centenária numa das fases de maior crise.

O desafio é enorme pois, hoje, o associativismo empresarial é vivido do carolismo dos seus dirigentes. Na fase em que também as nossas empresas precisaram de nós, estivemos a lutar e a pensar nos outros.

O associativismo empresarial tem desempenhado papéis diferentes ao longo dos tempos, passando as associações de instituições limitadas a serviços de apoio administrativo/técnico e de cobrança de quotas aos Associados, para instituições de maior complexidade e de maior representatividade dos seus Associados. Foi este o caminho que a Associação soube traçar nos últimos anos, de forma a alcançar o grau de confiança e reconhecimento público que tem.

Somos uma das maiores associações a nível regional, contando com uma equipa de 20 colaboradores distribuídos por cinco departamentos especializados. Contamos ainda com cerca de meia centena de outros subcontratados no desenvolvimento dos mais diversos projetos. Sem o envolvimento e dedicação de cada um destes colaboradores nunca seria possível atingir os objetivos a que nos propusemos.

Mantendo o orgulho do reconhecimento e credibilidade da (AEP), o futuro será encarado como um estímulo no sentido de manter a dinâmica alcançada e de superar os desafios futuros.

Tal como referi anteriormente, a razão principal da associação são os seus Associados. E deles temos a certeza que reconhecem e contam com o nosso profissionalismo, dedicação, dinamismo e empenho desta Direção que liderei no último ano.

Ao nível da representatividade dos nossos Associados durante o último ano foram direcionadas Cartas Abertas ao Governo e Município de Penafiel na exposição e relato dos momentos que todos atravessaram.

Durante este ano pandémico promovemos webinars, sessões de esclarecimento e diversas reuniões presenciais e online por forma a esclarecer e apoiar os nossos Associados na melhor tomada de decisão nos seus negócios.

Num ano que cancelámos todos os nossos eventos fomos audazes ao ponto de conseguirmos criar de um novo evento – “Petiscando” – que muito dinamizou e promoveu a gastronomia e os estabelecimentos da



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

restauração e similares do concelho junto da população. Este evento veio para ficar e reveste para nós um orgulho imenso em ajudar um setor fortemente afetado por esta pandemia.

Também por termos verificado junto deste sector a dificuldade em conciliar confeção e distribuição em regime de entrega ao domicílio, desfiámos a Uber Eats a abrir a sua operação no nosso concelho, para que os empresários se focassem na sua atividade de confeção das refeições, permitindo-lhes manter alguma receita do seu negócio.

Nas atividades de Natal limitámos a nossa atuação à campanha de vouchers e promoção do comércio de proximidade.

Na questão da economia de proximidade verificámos o ressurgimento de uma economia local com necessidade de desenvolver cadeias de abastecimento mais próximas. A pandemia provocou uma grande alteração nas rotas de comércio internacional e a consequência passou por uma aposta mais concertada nas redes de abastecimento local e na produção dentro de portas para facilitar o consumo.

O comércio eletrónico de proximidade foi uma das consequências da pandemia.

Um dos grandes desafios para este mandato será o de demonstrar aos empresários do concelho que uma aposta na economia local fará dinamizar outras atividades. Se o rendimento gerado circular dentro da economia local promoveremos um maior poder de compra, qualidade de vida e surgimento de novas oportunidades de negócio.

Por outro lado, ao desenvolvermos a economia local estamos a promover o uso do território, evitando o abandono.

Durante este período a AE Penafiel continuou com a sua formação profissional no âmbito dos Cursos de Aprendizagem, Formação Modular, Formação para Adultos e Centro Qualifica.

Através do Gabinete de Estudos e Projetos auxiliou cerca de quarenta empresários na criação do seu próprio negócio, submeteu candidaturas dos Programas Adaptar, Apoiar e do Portugal 2020. Ao mesmo tempo estão a decorrer três projetos de Formação-Ação para empresários em parceria com a Associação Empresarial de Portugal, Confederação do Turismo de Portugal e Confederação dos Agricultores de Portugal.

No futuro teremos a iniciar dois projetos que se revestem de imensa importância: Granito e Rochas Similares no Tâmega e Sousa: sustentabilidade, competitividade e transformação digital e no âmbito social: Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos no Concelho de Penafiel. Procuraremos também manter os nossos eventos habituais em moldes adaptados à nova realidade e teremos novidades...



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

Por fim, e porque não são os menos importantes, quero deixar um agradecimento especial aos meus colegas de Direção que assumiram comigo este compromisso. Deles não espero mais que aquilo que já me dão: ajuda, amizade, inteligência e identificação com o projeto.

Obrigado a eles! Obrigado aos Associados! Obrigado a Penafiel!”



2. Funcionamento Interno

O ano de 2020 não se desviou das orientações estratégicas e de atuação que têm vindo a ser seguidas nos últimos anos, pese embora a alteração diretiva resultante do ato eleitoral para o triénio 2020-2022, pautando-se pela manutenção de um clima de equilíbrio orgânico, funcional e financeiro que contribuiu para assegurar o regular funcionamento dos vários departamentos da Associação.

A “anormalidade” verificada teve a ver com o descrito no ponto anterior e que se prende com a necessidade incorrida de ajustamento de procedimentos e normas de atuação para fazer face aos constrangimentos de convivência social impostos pela pandemia da COVID-19.

Mudaram-se muitos dos meios, sem se alterar os fins!

Em 2020 foi concluída a empreitada de requalificação do edifício da AEP tendo em vista a melhoria das suas condições estruturais e estéticas, mas sobretudo para criar melhores condições de trabalho e de utilização.

A qualificação dos recursos humanos da Associação continuou a ser uma realidade e uma aposta da nova Direção, de modo que toda a estrutura técnica estivesse habilitada a dar eficiente resposta e tratamento aos senhores Associados que tenham recorrido aos serviços da Associação.

Como evidências práticas de situações que atestam e validam a competência de intervenção e capacidade dos serviços da AEP, pode-se referir que, no dia-a-dia, foram executadas todas as tarefas decorrentes da exigente – e constantemente atualizada – legislação contabilística e fiscal, prestados esclarecimentos e informações aos senhores Associados no que respeita às atualizações legislativas relacionadas com a sua atividade, entre diversas e diversificadas tarefas.

Junto dos seus Associados a AEP continuou a procurar refletir a imagem de uma entidade dinâmica e atualizada que responde às necessidades de todos aqueles que lhe solicitam ajuda no combate às dificuldades. Também junto das novas empresas que iniciam a atividade a AEP tentou manter uma atitude proativa no sentido de aproveitar a oportunidade de aceitar novos Associados, procurando alargar a sua representatividade.

Nessa linha, a AEP, continuou a agir no sentido de manter um acompanhamento útil e profissional aos Associados existentes, de quem recebeu frequentemente solicitações, pedidos de esclarecimentos e cada vez mais lamentos pela dificuldade de exercer com normalidade a sua atividade económica.

O reconhecimento pela competência técnica do desempenho da Associação que nos foi sempre sendo transmitido, reforça a nossa vontade em prosseguir este caminho de aposta na requalificação e aperfeiçoamento dos nossos quadros técnicos, traduzido muitas das vezes, mas não só, na aprovação de candidaturas próprias que representam uma importante fonte de receitas para a entidade.

Foi assim que esta Direção funcionou, criando condições para a melhoria das condições internas e externa da Associação, materiais e imateriais, para que no exterior se possa ter dado o máximo em prol da melhoria do tecido empresarial da região em geral, e dos senhores Associados, em particular.

3. Fomento Associativo

O ano de 2020 foi particularmente difícil e exigente para o Associativismo.

As limitações específicas provocadas pela realidade da situação pandémica provocaram exigências acrescidas na representatividade associativa, que assumiu sobretudo um carácter de acompanhamento e de informação mais próximo dos empresários.

A AEP procurou contribuir para que o Associativismo traduzisse e comportasse uma expressão organizada da sociedade. No seguimento desse conceito lutou para que todos os que com ela se relacionam, nas mais diversas formas, se sintam imbuídos do conceito da sua utilidade, revendo-a e referenciando-a como uma Instituição credível e de confiança, tendo em 2020 tentado ser, por muitas vezes, a voz dos empresários junto do Governo e das demais Autoridades.

Reivindicando, protestando, exigindo, mas também sugerindo e apresentando propostas.

Num ano em que o conceito financeiro de liquidez imediata assumiu uma importância vital, e apesar da agilização de apoios como o APOIAR e o ADAPTAR, o facto é que o reembolso das despesas apresentadas no âmbito de projetos financiados continuou a ser ainda muito burocratizada. Esse entorpecimento dos procedimentos técnicos e administrativos dos apoios disponibilizados pelo Portugal 2020 voltou a ser um entrave e fator bloqueador da grande maioria dos projetos em que os Associados da AEP se viram envolvidos.

Numa outra perspetiva que reflete a atividade da Associação, e à semelhança do que se vem verificado ao longo dos últimos anos, o número de Associados continuou a crescer, em número e diversidade de sector de atividade, o que permitiu continuar o reforço e solidez da representatividade da Associação

Espera-se ter conseguido, dentro das limitações impostas pela atual conjuntura económica e social e pelo alheamento crescente e gradual do tecido empresarial ao movimento associativo, a dinamização do tecido empresarial local, a eficaz defesa e útil representatividade dos senhores Associados, a promoção do bem comum e a dignificação do bom-nome desta instituição centenária.

4. Relações Institucionais

A Associação Empresarial de Penafiel por força da sua missão estatutária, do legado da sua História e pela posição estratégica assumida atualmente, sempre pautou a sua atuação institucional pela cordialidade e cooperação com as demais entidades com que se relaciona.

O respeito pelo bom relacionamento institucional foi prática corrente no exercício de 2020, fomentando-se relacionamentos que permitissem de forma cooperante atingir o bem comum. Como em tantas situações no passado e sem beliscar sequer esse bom relacionamento, a AEP sempre demonstrou de forma inequívoca a sua autonomia e liberdade de expressão, não descurando nunca a defesa dos interesses dos seus Associados, gerindo de forma equilibrada, mas definida, essas relações da sua esfera de atuação.

No que respeita às relações com o Poder Local, e num ano marcado pela supressão de atividades de organização conjunta para a promoção e divulgação da atividade empresarial local, o relacionamento institucional com a Câmara Municipal de Penafiel foi assente numa postura dialogante, amigável e cooperante no sentido de conseguir que fossem geradas sinergias proveitosas e benéficas para todos os agentes do Concelho de Penafiel. É de toda a justiça reconhecer que a posição da Autarquia para com a AEP foi, igualmente, pautada pelo respeito institucional e pela cooperação operacional, facto que se assinala e regista, valores que se estendem ao relacionamento com as várias Juntas de Freguesia, em especial a de Penafiel.



Todos aqueles que se revejam nesta conduta colaborante e comunguem dos princípios éticos que a AEP respeita, serão bem vindos para cooperar de forma responsável, sempre com o espírito de servir a entidade que representamos e os seus Associados, sem em momento algum, se confundir cooperação e colaboração com subserviência da AEP para com quer que seja, consolidando-se um ADN de converter os problemas em desafios, sempre numa postura assente no respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso.

Mais uma vez, com o IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente com o Centro de Emprego de Penafiel e com a Delegação Regional do Norte, através de trabalho competente



de ambas as partes, foi possível manter a AEP num exemplo enquanto Entidade Prestadora de Apoio Técnico para quem pretende criar a sua própria empresa. No âmbito da formação Profissional, tem-se mantido inesgotável a confiança que o IEFP tem demonstrado para com o trabalho da AEP e, agradecendo esse voto de confiança, só se pode afirmar que tudo se fará para nunca deixar de merecer essa confiança.

Com as Instituições do Concelho e de Concelhos vizinhos, como são os casos da Santa Casa da Misericórdia, Rotary Club de Penafiel, Cruz Vermelha Portuguesa, APADIMP, ADISCREP, Bombeiros Voluntários de Penafiel, Futebol Clube de Penafiel, Assembleia Penafidense, Sociedade Columbófila, ISCE Douro e ESTG de Felgueiras, Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo, Escola Secundária de Penafiel, Escola D. António Ferreira Gomes, ACT, Biblioteca Municipal, Tribunal da Comarca Porto – Este, e muitas outras, sempre se tentou marcar a posição por um relacionamento de seriedade, cumprimento de compromissos e a vontade própria para participar em projetos comuns.

De entre os protocolos firmados e atribuições atualmente existentes e que em 2020 continuaram a funcionar de forma recorrente, com efeitos práticos na atividade regular da Associação, muito pela sua continuidade, destaca-se:

- IEFP – EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico e Entidade Formadora Acreditada.
- DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho – Entidade Formadora Acreditada para 23 áreas de educação e formação.
- CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa.
- ADERSOUSA – Associação de desenvolvimento Rural das Terras do Sousa - Vice-Presidente da Assembleia Geral.
- CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Associada e Protocolada para Acordo de cooperação na Medida Vida Ativa.

- Conselho Consultivo da AE Portugal – Membro do Conselho.
- Conselho Estratégico do Município de Penafiel – Membro do Conselho.
- CLAS – Conselho Local de Ação Social de Penafiel – Membros do Conselho.
- Conselho Consultivo da Comarca do Porto-Este – Membro representante dos utentes da justiça por atribuição do CETS.
- ANQEP - Centro Qualifica – Entidade Acolhedora e Executante do Centro Qualifica.
- Novo Rumo Norte – Entidade Técnica do Programa.
- OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados – Entidade Formadora Acreditada.
- ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Entidade Formadora Acreditada.
- AEJA – Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo – Membro do Conselho Geral

É com orgulho que esta Direção regista o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.

5. Departamento de Contabilidade

O número de Associados que elaboram a sua contabilidade no Departamento de Contabilidade da AEP – através da SCAEP – e apesar da forte limitação à atividade empresarial, não teve variação significativa, subindo, ainda assim, face ao número de empresas registado no ano anterior, o que permitiu poder continuar a garantir a estabilidade da atividade operacional e financeira do departamento.

Todos os Associados que mantiveram a elaboração das suas contabilidades na AEP e todos aqueles que, em 2020, confiaram a este departamento, pela primeira vez, a sua contabilidade, puderam ter ao seu dispor um serviço rigoroso, competente e profissional no tratamento dos seus vários processos.



Na verdade, aos Associados que elaboram a sua contabilidade na Associação, continuou a ser-lhes disponibilizado um serviço profissional e um acompanhamento rigoroso e atento às mais diversas solicitações e necessidades apresentadas – particularmente significativas no exercício em apreço -, apontando-se como principais serviços o encerramento das contas do exercício, o preenchimento e envio das declarações fiscais e seus anexos, supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais, relacionados com o processamento de salários, organização do dossier fiscal e o fornecimento de balancetes com periodicidade definida, tendo sido necessário, por força da constante e cada vez mais rigorosa legislação fiscal e dos seus procedimentos e dos variadíssimos novos diplomas legais de apoio aos constrangimento da atividade imposta pela pandemia, imprimir uma constante atualização dos conhecimentos específicos e técnicos, por parte dos elementos que compõe o departamento.

Mantém-se assim ao serviço dos Associados a disponibilização de um serviço que há muito espelha o rigor e o profissionalismo dos serviços prestados pela AEP e que, em 2020, foi ainda mais um suporte e apoio técnico fundamental, sobretudo para as pequenas empresas.

6. Gabinete de Estudos e Projetos

Em 2020, e na linha de atuação e resultados que se tem registado nos últimos anos, a atividade deste departamento da Associação registou níveis bastante elevados, resultado do trabalho efetuado na



elaboração de projetos no âmbito do Portugal 2020 e, sobretudo, pelo desenvolvimento do trabalho enquanto EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico em especial na elaboração de projetos de criação do próprio emprego que se consubstanciou na obtenção de uma posição de destaque ao nível do desempenho na Delegação

Regional do Norte, como uma das EPAT com mais execução. A este respeito, importa salientar que a AEP viu renovada por mais 3 anos a sua acreditação, podendo continuar a promover o PAECPE pelo menos até Julho de 2024.

Com o reforço da sua estrutura técnica, em 2019, através da contratação de um técnico com larga experiência no desempenho de funções de elaboração e acompanhamento de projetos aos vários fundos comunitários, o ano de 2020 permitiu estabilizar a atividade do Departamento e potenciou a aposta no desenvolvimento de trabalhos em outras áreas, nomeadamente na apresentação de uma candidatura ao SIAC para o desenvolvimento de um projeto no setor da Pedra, candidatura que foi recentemente aprovada e com financiamento garantido.



No capítulo particular das EPAT`s, e apesar de todas as limitações à atividade empresarial, em 2020 foram ainda assim apresentados mais de 50 projetos de criação do próprio emprego (CPE, Microinvest, Invest+ e Invest Jovem) e dada assistência técnica e consultoria especializada a mais de 20 empresas, atuação prestada em diversos domínios, mantendo-se o já elevado desempenho neste capítulo. Este trabalho sustentado e regular permitiu a geração de uma importante fonte de receita para a Associação que, por si só, garante a rentabilidade operacional e financeira desta estrutura departamental.



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

Paralelamente a este tipo de trabalho de cariz interno, o ano de 2020 foi profícuo na elaboração de candidaturas próprias dos senhores Associados, nomeadamente ao programa +CO3SO Urbano, +CO3SO Social, Programa Apoiar, Programa Adaptar, Programa Ativar e outras de medidas de apoio à contratação emanadas pelo IEFP.

Também se verificou em 2020 a já habitual colaboração dada ao Departamento de Comunicação e Eventos que, com a supressão dos eventos de rua, se focalizaram nos conteúdos para a newsletter e para a revista #Input.



À margem do trabalho diário de apoio às empresas e aos projetos, a coordenação dos dois projetos de formação ação (AE Portugal e Confederação do Turismo) e a coordenação financeira de um projeto de Inovação Social também esteve, e está, sob a alçada do responsável deste departamento, o que significa que a intensidade do trabalho e a gestão operacional e financeira de todos estes projetos representam uma envolvimento de forte intensidade que motiva uma rigorosa e atenta coordenação.



A consolidação da atividade e resultados deste gabinete ao longo do ano de 2020 foi de encontro ao verificado nos anos anteriores e que passa por dotar a estrutura orgânica da AEP com um departamento habilitado a poder corresponder às exigências crescentes dos empresários e, por outro lado, constituir uma importante fonte de receita para a Associação, minimizando a extrema dependência crónica dos apoios financeiros da formação profissional.

7. Departamento Jurídico

O Gabinete presta serviços à Associação Empresarial de Penafiel, sem limite de atendimento e versando todos os atos jurídicos necessários, e presta serviços de consultadoria jurídica aos Associados, com atendimento às terças-feiras da parte da manhã (em caso de assunto urgente, o Associado pode-se deslocar ao escritório do Advogado, sendo aí atendido precisamente nas mesmas condições em que é atendido nas instalações da AEP).

Quanto ao apoio aos serviços da Associação, e aqui incluímos também as solicitações apresentadas pela SCAEP – Unipessoal, Lda., o ano de 2020, devido à situação de emergência de saúde pública que vivemos devido à doença de COVID-19 (nome atribuído pela Organização Mundial da Saúde, à doença provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2) teve uma natural procura no esclarecimento da legislação que foi publicada durante esse ano relativo às limitações que foram impostas. Além das questões relacionadas com a legislação relativa ao combate à doença de Covid-19, manteve-se a procura por esclarecimentos quanto à demais legislação publicada bem como de consultoria jurídica, elaborou-se, entre outros, minutas de contratos, entre o mais, de trabalho, e ainda, a elaboração de síntese legislativas para posterior divulgação aos Associados.

Em relação aos vários Departamentos da AEP, procedeu-se a várias consultas solicitadas pelo Departamento de Contabilidade (quer a favor de Associados quer para esclarecimento desse mesmo Departamento), formalizaram-se contratos de trabalho e procedeu-se ao acompanhamento de processos de cessação de contratos de trabalho.

Já quanto ao apoio direto ao Associado (muitas vezes solicitado pela SCAEP), e aqui também devido à situação emergência em saúde pública que vivemos em 2020, houve um aumento na procura de esclarecimento da legislação relacionada com a atividade empresarial afetada pelas limitações causadas pelo Estado de Emergência decretado pelo governo, no aconselhamento relativo a contratos de trabalho e a desvinculação dos mesmos, informação relativa à atualização de tabelas salariais.

Manteve-se ainda a procura na explicitação e informação sobre os diplomas legais com importância para a atividade dos Associados, assessoria e consultadoria jurídica nas áreas do Direito Laboral,

Direito Comercial, Direito Civil e Direito Contra-Ordenacional (relacionado com a Autoridade Tributária e Aduaneira).

Resumidamente o Gabinete Jurídico recebeu e deu resposta a mais de 85 solicitações (onde se inclui contratos de várias índoles, informações, assessoria jurídica e representação jurídica).

8. Departamento de Comunicação e Imagem

Este departamento em 2020, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, não pôde ter a visibilidade habitual ao nível da dinamização de atividades de rua, dado que houve a necessidade de cancelar todos os eventos que a AEP promove.

Ainda assim, a atividade do departamento, reforçado no final de 2020 com um experiente elemento para a parte da comunicação, foi de uma intensidade assinalável, uma vez que a nova realidade impôs uma necessidade permanente de comunicar com os senhores Associados, nomeadamente sobre medidas de apoio relativas à pandemia bem como toda a informação útil sobre medidas restritivas relacionadas com os vários setores de atividade.



A atividade do departamento foi também bastante canalizada para a regular edição e publicação da revista **#INPUT**, Revista da AEP totalmente produzida pelos serviços internos que, continuando com um carácter de distribuição gratuito, se manteve um excelente veículo de divulgação institucional.

Ao nível da comunicação interna e externa consolidou-se a rotina da dinâmica de se estabelecer uma comunicação permanente, facto que, com certeza, levou a que o conhecimento externo de muitos dos serviços e valências da AEP se tenha traduzido no aumento de procura de informação e de esclarecimentos, nomeadamente junto do Departamento de Estudos e Projetos, do Departamento de Contabilidade, do Departamento de Formação e do Centro Qualifica.

Ao nível das conferências / webinars, foram realizadas duas sessões:

- **Webinar “medidas de apoio aos empresários no contexto da pandemia”**
24 de Abril – Em parceria com a CCSL Advogados.

- **Ação de formação “o gestor de contrato e a execução do contrato”**

9 de Outubro – sessão presencial – em parceria com a APCP - Associação Portuguesa dos Contratos Públicos

Destaca-se também a consolidação do cartão “AEP Saúde” que ao longo de 2020 atingiu a entrega de mais de 3300 cartões, de forma totalmente gratuita, proporcionando a possibilidade de aceder a uma série de benefícios e descontos na utilização de diversos serviços clínicos e médicos espalhados por todo o concelho de Penafiel.



Ao nível dos eventos, e apesar de todas as limitações referidas, foram realizados dois grandes eventos: a primeira edição do “Petiscando” e a “Penafiel Cidade Natal:

- **Concurso Gastronómico “Petiscando”** que envolveu 15 estabelecimentos aderentes e teve como objetivo promover e divulgar a Gastronomia do Concelho junto da população em geral;



- **Penafiel Cidade Natal' 20**, que devido ao cancelamento das atividades de rua, centrou-se sobretudo na realização de duas atividades:

- Concurso de Montras de Natal “A Minha Montra é que é!” que contou com a participação de cerca de 50 estabelecimentos por forma a trazer o espírito de Natal ao comércio local com a decoração e premiação das melhores montras de 2020.



- Sorteio “Compras no Comércio Local vão dar prémios neste Natal” que contou com a participação de cerca de 50 estabelecimentos, com o objetivo de atrair novamente os clientes ao comércio local premiando-os num grande prémio final com conjuntos de vouchers de desconto em 2021 a usufruir nesses estabelecimentos.



9. Auditório

O auditório da AEP sofreu claramente uma diminuição da sua utilização devido ao cancelamento de muitos eventos já programados e que por imposição da obrigatoriedade de distanciamento social não puderam ir avante.

Mesmo assim, a grande lotação do espaço, aliada às condições de comodidade e da qualidade dos



equipamentos que o integram, fizeram com que no Auditório da AEP em 2020 fossem realizadas várias iniciativas, promovidos por entidades dos mais variantes quadrantes da Sociedade Civil, local e regional, que continuaram a manter a preferência por este espaço da Associação, conferindo-lhe um carácter de espaço de

excelência para o acolhimento de manifestações várias.

Compreensivelmente, e mais a mais neste período de menor utilização, não foram geradas receitas de valor significativo, uma vez que muitas das atividades desenvolvidas estiveram ligadas a causas sociais e de solidariedade, fazendo-se por isso respeitar o respetivo Regulamento e tendo-se verificado a gratuidade de cedência do espaço.

Relativamente ao funcionamento interno, o Auditório manteve a habitual utilização por parte do Departamento de Formação, designadamente no desenvolvimento de várias atividades integradoras.

Destaca-se, além da realização de várias dessas sessões, a realização da Assembleia Geral Ordinária e Eleitoral da AEP.



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

Também o mini auditório da Sede Social da AEP na Rua do Paço não teve uma ocupação regular, tendo esse espaço sido cedido gratuitamente ao Tribunal da Comarca do Porto Este para a realização de julgamentos e/ou audiências que implicam a presença de um reduzido número de participantes.



10. Departamento de Formação

O Plano de Formação de 2020 contemplou o desenvolvimento dos seguintes projetos formativos financiados:

- Tipologia de Operação: 3.1 - Cursos do Sistema de Aprendizagem;
- Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados – AEP;
- Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados – da AE Baião;
- Tipologia de Operação: 3.03 - Formação Modular para DLD – S. Tiago de Piães – Cinfães;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) inserida na Candidatura Integrada de Formação da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP); e
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) – AEP.

No âmbito da formação não financiada ao longo de 2020 realizaram-se ações de formação nas seguintes modalidades:

- Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação;
- Formação de Mediadores de Seguros devidamente homologada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

O estreito relacionamento institucional com o IEFP, através Centro de Emprego e de Formação Profissional do Porto resultou na continuidade de apresentação de candidaturas a concursos para a realização das suas ações de formação nas nossas instalações.

Relativamente ao Sistema de Aprendizagem foram iniciadas três novas ações nas áreas da saúde, informática e comércio.



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

No âmbito Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados AEP – Associação Empresarial de Penafiel viu aprovada uma nova candidatura com um total de 69 ações, envolvendo 1380 formandos e um volume de formação de 66000 horas.

Projetos Executados - Financiados

Tipologia de Operação: 3.1- Cursos do Sistema de Aprendizagem

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a Auxiliar de Saúde 2 - 3.º Período	2020	18	151	2500
2	Técnico/a Comercial 5 - 3.º Período	2020	8	27	2019
3	Técnico/a Auxiliar de Saúde 3 - 2.º Período	2020	12	456	5177
4	Técnico/a Auxiliar de Saúde 3 - 3.º Período	2020	12	734	8572
5	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes 1 - 2.º Período	2020	17	518	7889
6	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes 1 - 3.º Período	2020	16	676	9996
7	Técnico/a de Apoio à Gestão 2 - 2.º Período	2020	13	710	8389
8	Técnico/a de Apoio à Gestão 2 - 3.º Período	2020	13	539	5629
9	Técnico/a de Informática - Sistemas 4 - 1.º Período	2020	21	686	12959
10	Técnico/a de Informática - Sistemas 4 - 2.º Período	2020	21	497	9120
11	Técnico/a Comercial 6 - 1.º Período	2020	20	690	13738
12	Técnico/a Comercial 6 - 2.º Período	2020	20	529	10502
13	Técnico/a Auxiliar de Saúde 4 - 1.º Período	2020	25	645	15197
14	Técnico/a Auxiliar de Saúde 4 - 2.º Período	2020	24	492	11712
15	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 1 – 1.º Período	2020	25	348	8215
16	Técnico/a Auxiliar de Saúde 5 - 1.º Período	2020	20	356	5916



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados AEP

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	UFCD 0383 - Direito e documentação comercial	2020	30	50	1450,5
2	UFCD 0779 - Utilitário de apresentação gráfica	2020	17	25	375
3	UFCD 7842 -Técnicas de atendimento	2020	17	50	733
4	UFCD 9142 - Tratamentos faciais	2020	20	50	812,5
5	UFCD 0193 - Arranjos florais com elementos artificiais	2020	25	50	1239,5
6	UFCD 9649 - Educação inclusiva e necessidades educativas específicas	2020	23	50	994
7	UFCD 7245 - Atividade física em populações especiais	2020	22	25	524
8	UFCD 0792 - Criação de páginas para a web em hipertexto	2020	18	25	402,5
9	UFCD 7842 - Técnicas de atendimento	2020	21	50	716
10	UFCD 3785 - Metodologias de avaliação de riscos profissionais	2020	19	25	453
11	UFCD 10333 - Fundamentos de segurança no trabalho	2020	17	50	746
12	UFCD 0458 - Tecnologias de Fotografia e Vídeo	2020	15	50	677
13	UFCD 9647 - Intervenção pedagógica com crianças e jovens com necessidades educativas específicas	2020	23	50	1150
14	UFCD 7222 - Desenvolvimento de atividades de animação e ocupação de tempos livres	2020	17	50	579,5
15	UFCD 10746 - Segurança e saúde no trabalho - situações epidémicas/pandémicas	2020	17	25	377
16	UFCD 0574 - Encerramento anual de contas	2020	22	50	1100



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

17	UFCD 5427 - Legislação laboral - contrato de trabalho/direitos individuais	2020	18	50	878
18	UFCD 9647 - Intervenção pedagógica com crianças e jovens com necessidades educativas específicas	2020	16	50	646
19	UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento (IRS)	2020	22	50	1100
20	UFCD 0677 - Recursos humanos - processos de recrutamento, seleção e admissão	2020	18	25	422
21	UFCD 0674 - Função pessoal - legislação laboral	2020	17	25	419
22	UFCD 10393 - Língua Gestual	2020	18	25	397

Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados - AEBaião

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	UFCD 0403 - Relacionamento Interpessoal	2020	16	25	400
2	UFCD 3564 - Primeiros Socorros	2020	16	25	400
3	UFCD 3564 - Primeiros Socorros	2020	16	25	400
4	UFCD 4798 - Prevenção e Combate a Incêndios	2020	16	25	400
5	UFCD 4798 - Prevenção e Combate a Incêndios	2020	16	25	400
6	UFCD 7229 - Gestão do Stress do Profissional	2020	16	25	400
7	UFCD 0627 -Língua Portuguesa - técnicas de escrita	2020	16	25,5	408
8	UFCD 8243 - Doçaria Tradicional Portuguesa	2020	18	50	900
9	UFCD 8248 - Cozinha Internacional	2020	18	50	900
10	UFCD 8266 - Preparação e Serviço de Bebidas Compostas	2020	18	50	900



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

Tipologia de Operação: 3.03 - Formação Modular para DLD - (S. Tiago de Piães - Cinfães)

Ordem	Nome do Percorso Formativo	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Cuidador/a de Crianças e Jovens 2	2020	48	50	1200
2	Animação Sociocultural 1	2020	60	75	1496
3	Animação Cultural 1	2020	97	150	2857
4	Distribuição e Logística 1	2020	100	125	2500
5	Distribuição e Logística 2	2020	66	125	2040
6	Técnico/a de Turismo 1	2020	18	25	1800

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) parceria com a CCP

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Vendas 1	2020	14	1047	10633

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) -- AEP

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Cabeleireiro/a 1	2020	16	568	8271
2	Cuidador/a de Crianças e Jovens 1	2020	17	324	5460
3	Técnico/a de Contabilidade 1	2020	16	71	1014



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

Projetos Executados - Não Financiados

Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 1	2020	11	90	990
2	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 2	2020	10	90	900
3	Curso e-Formador 1	2020	14	30	420
4	Curso e-Formador 2	2020	14	30	420
5	Curso e-Formador 3	2020	15	30	450

Formação para Qualificação de Mediadores de Seguros

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Ramos Não Vida) XIV	2020	7	88	616
2	Conformação - Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Ramos Não Vida) 1	2020	21	20	420
3	Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Ramos Não Vida)2	2020	21	20	420



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

No ano de 2020 o Departamento de Formação, motivado pela Pandemia Covid-19, teve de efetuar grandes adaptações em termos de equipamentos e metodologias pedagógicas, passando a desenvolver formação à distância, o que implicou a formação dos seus formadores e técnicos da AEP com o curso de e-Formador de forma a atribuir-lhe competências na formação e-learning. A formação passou a ser ministrada na AEP Moodle e na ZOOM.





ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

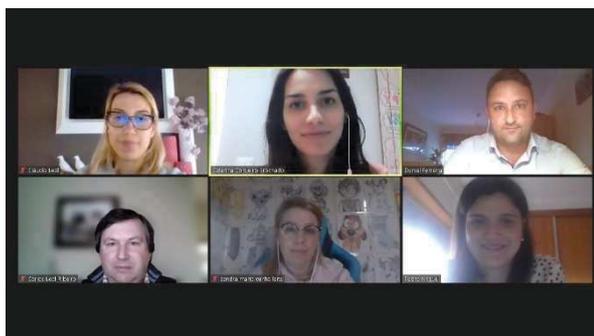
11. Centro Qualifica

O Centro Qualifica da AEP desenvolveu durante o ano de 2020 – o quarto ano da sua existência e último desta segunda operação - as suas atividades com elevado empenho e, sobretudo, com uma nova dinâmica de desenvolvimento de processos de RVCC em regime à distância, dada a proibição de desenvolvimento dos mesmos em regime presencial durante a maior parte do ano, de acordo com as orientações emanadas pela ANQEP.



Também por causa da situação pandémica, não foi possível, ao contrário do que é habitual, realizar qualquer sessão solene de entrega de diplomas e certificados às dezenas de adultos que se certificaram no nosso Centro Qualifica.

No exercício de 2020 o Centro Qualifica da AEP continuou a ter um papel estruturante no reforço da qualificação escolar e profissional da região, contribuindo assim de uma forma decisiva para o aumento da empregabilidade e para a inclusão social de muitos adultos. O desenvolvimento de processos de RVCC escolar tornou-se preponderante no cumprimento deste objetivo, pois pessoas mais qualificadas tiveram, não raras vezes, oportunidades mais favoráveis de acesso ao mercado de trabalho ou de promoção e melhoria das condições existentes permitindo, também, a criação das condições de acesso ao ensino superior, visando um adicional e subsequente aumento da qualificação, numa metodologia de trabalho à distância que exigiu muita capacidade de adaptação, mas que produziu resultados gratificantes.



Em relação aos objetivos propostos no plano estratégico, eles foram globalmente cumpridos, atingindo-se cerca de 97% dos inscritos previstos, cerca de 95% de não desistentes e com uma taxa de encaminhamento perto dos 95% que, em sede de encerramento da operação, deu como apuramento

final validado pela ANQEP e pelo POCH uma taxa de execução global de cerca de 96%, resultante das seguintes componentes acumuladas:

- **Resultados obtidos em 31-12-2020**

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	113	93	206
Em Acolhimento	27	41	68
Em Diagnóstico	91	8	99
Em Orientação	18	10	28
Encaminhado	887	761	1648
Em Reconhecimento	523	111	634
Certificado	331	20	351

Estes números traduzem que cerca de três mil pessoas recorreram ao nosso Centro Qualifica, o que nos orgulha e, ao mesmo tempo, responsabiliza.

Sempre com uma postura profissional de toda a sua equipa, e com dedicação, compromisso e muita persistência, o Centro Qualifica da AEP apresentou índices de desempenho que deve satisfazer todos os intervenientes e, estamos certos, que tal desempenho em muito contribuiu para que a AEP visse aprovada nova candidatura para acolher, desenvolver e financiar o Centro Qualifica até ao final de 2022.

Mas o que mais continuamos a relevar – muito mais do que metas mensuráveis – é a convicção de que foi realizado um trabalho sério e rigoroso, assente em princípios de honestidade, de independência e de isenção e de acordo com todas as orientações da ANQEP e conforme a legislação em vigor aplicável.

E esse é o “rótulo” de que mais nos orgulhamos e acreditamos piamente que, para todos os adultos e jovens que passaram ou ainda estão no nosso Centro Qualifica, é essa a imagem que passou e que fica.



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

É um facto indesmentível que, tal como tentamos agir no território, também o trabalho em rede entre todos os atores do Programa Qualifica é uma variável indispensável para a garantia do sucesso desta medida. Os objetivos a todos são comuns, pelo que o contributo de todos torna menos difícil atingir o ponto de chegada.

12. Notas Finais

O exercício em apreço correspondeu ao primeiro ano do mandato dos atuais corpos sociais, eleitos em Fevereiro de 2020 e que tomaram posse a 6 de Março seguinte.

Neste último exercício os desafios foram extraordinariamente exigentes, muitas vezes novos e desconhecidos.

Nunca uma pandemia imobilizou a atividade empresarial de forma tão acutilante como a Covid-19! Tivemos que nos restabelecer, adaptar, encontrar soluções e trabalhar. Trabalhar mais e melhor!

Esta Direção é a mais nova da história da Instituição, e que, neste clima de anormalidade, conseguiu manter em prática um plano de estabilidade orgânica e funcional, consolidando as condições que garantissem e garantam a estabilidade para os próximos anos.

Esta Direção, ao longo do ano sempre tentou construir e criar valor. Não se resignar às dificuldades, mas ser dinâmica, proponente e ser parte da solução e nunca causadora de problemas.

A Direção endereça os agradecimentos aos demais Órgãos Sociais pela cooperação institucional, orgânica e estratégica, cordial relacionamento e solidariedade que sempre prestaram ao longo deste exercício e de todo o mandato, em sinal de reconhecimento.

A todos os parceiros, reitera a sua vontade de trabalhar em conjunto em prol do território, numa lógica de cooperação, de rigor, de dinamismo, para valorizar as empresas, os empresários e o território, sobretudo de Penafiel e da região do Tâmega e Sousa.

Às instituições bancárias a Direção agradece a confiança prestada ao longo de todo o exercício. Temos noção que a responsabilidade, a credibilidade e o cumprimento integral das obrigações são facilitadoras dessa confiança.

Aos colaboradores da AEP dirige especial reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pela resposta às exigências inesperadas que 2020 trouxe, comportamento que, em boa parte, contribuiu para

facilitar a tarefa da Direção no sentido em que as suas orientações estratégicas sempre foram colocadas em prática.

O respeito, a honestidade e a capacidade de trabalho, muitas vezes fora da zona de conforto, foram valores que transitaram das anteriores Direções, e tudo fizemos para garantir que a independência institucional, a liberdade descomprometida de atuação e a estabilidade financeira fossem valores inalienáveis.

Foi um ano desgastante, desafiador, mas que nunca nos desmotivou mas, pelo contrário, incutiu-nos uma vontade acrescida de representar esta Instituição e tudo o que ela envolve.

Por último, propomos que o resultado líquido do exercício no montante de 60.107,24€ (sessenta mil cento e sete euros e vinte e quatro cêntimos) seja levado à Conta Resultados Transitados.

Penafiel, 25 de maio de 2021

A Direção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Augusto Basílio Neves Teixeira

Pedro Miguel Sequeira e Cunha



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

13. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER CONSELHO FISCAL

No dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniram na secretaria da AEP - Associação Empresarial de Penafiel os membros do Conselho Fiscal para, no cumprimento do mandato que V.a Ex.as nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, examinarmos os livros, registos contabilísticos e demais documentação da AEP – Associação Empresarial de Penafiel, em zelo pela observância da lei e estatutos, solicitamos à Direcção os elementos, informações e documentos que, em nosso entendimento, julgados necessários.

O Conselho Fiscal tem procedido à fiscalização da atividade da Associação, vigilância da observância da lei e dos Estatutos, verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte documental que se entendeu necessário, tendo os serviços responsáveis pela área da contabilidade fornecido, de forma diligente, todos os elementos por nós solicitados.

Nesta análise documental não constatámos desconformidades com compromisso e legislação em vigor, no que diz respeito ao arquivo documental e organização contabilística.

Numa análise global da Demonstração dos Resultados e do Balanço à data de 31 de Dezembro de 2020, verifica-se uma diminuição nos rendimentos em relação ao exercício antecedente, mas também foi acompanhada de diminuição dos gastos, do que resultou um resultado líquido positivo, mas inferior ao do exercício transacto.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu ainda à fiscalização do processo de preparação, de divulgação da informação financeira e revisão dos documentos de prestação de contas da Associação, para o exercício em análise e, com base no trabalho efectuado, somos a concluir que a referida informação está isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, pelo que, reflectem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Associação Empresarial de Penafiel.



O Conselho Fiscal apreciou, também, o conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal registou o esforço que a Direcção da AEP – Associação Empresarial de Penafiel desenvolveu para assegurar a estabilidade e melhoria financeira da Associação, que resultou numa clara melhoria da credibilidade e solidez da Associação e reitera a importância da continuidade da prossecução das medidas que visem a melhoria e estabilidade da situação económica e financeira da Associação.

Em conclusão, face ao exposto o Conselho Fiscal propõe:

1. Considerando a conformidade documental e organização contabilística com as normas actuais em vigor, somos da opinião que o Relatório de Atividades da Direcção, as Demonstrações Financeiras, relativas ao ano de 2020 apresentadas pela Direcção, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentada, devem ser aprovados pela digníssima Assembleia Geral;
2. Que seja atribuído um voto de louvor à Direcção e colaboradores, pela dinâmica e trabalhos realizados durante o seu mandato, pela forma e empenho que conduziu os destinos da Associação durante este mandato.

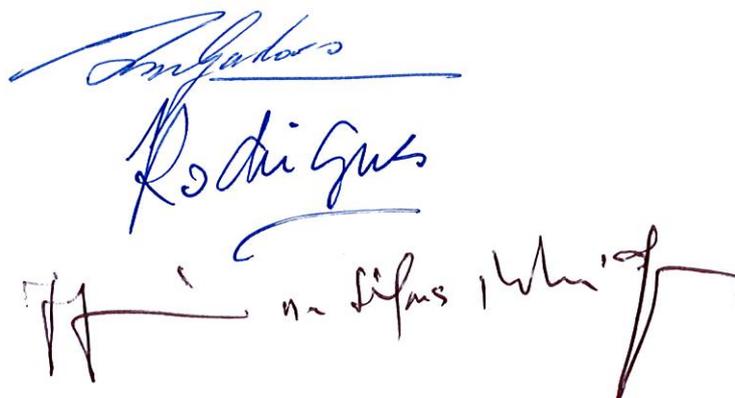
A consideração da Assembleia Geral.

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel António Moreira Gonçalves Cardoso – Sócio n.º 281.

Secretário: José Manuel Farias Rodrigues – Sócio n.º 280.

Relator: Joaquim da Silva Rodrigues – *em representação do Sócio n.º 122 – Caridades – Acácio da Caridade Ferreira & irmão, S.A.*





ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

14. Documentos Contabilísticos

500968730

Balancete Razão (Sintético)

Ano fiscal: 2020

Todas as contas

Do período: Apuramento ao período: Apuramento

Todos os centros de custo.

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			21,662.47	20,932.57	729.90	
12	DEPOSITOS A ORDEM			3,430,540.66	3,412,081.99	18,458.67	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	3,452,203.13	3,433,014.56	19,188.57	0.00
21	CLIENTES			77,187.24	43,209.88	33,977.36	
23	PESSOAL			257,443.93	257,443.93		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		13,791.57	400,800.52	413,938.97		13,138.45
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			683,601.23	683,601.23		
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			27,899.40	14,524.40	13,375.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR			6,315,136.26	2,898,046.85	3,417,089.41	
28	DIFERIMENTOS			1,717,147.07	5,033,879.14		3,316,732.07
	Total da classe de conta: 2	0.00	13,791.57	9,479,215.65	9,344,644.40	3,464,441.77	3,329,870.52
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			60,486.51		60,486.51	
43	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			2,608,867.35	1,604,031.14	1,004,836.21	
44	ATIVOS INTANGÍVEIS			57,922.10	57,922.10		
	Total da classe de conta: 4	0.00	0.00	2,727,275.96	1,661,953.24	1,065,322.72	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
55	RESERVAS			122,826.29	122,826.29		
56	RESULTADOS TRANSITADOS				511,386.30		511,386.30
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			56,407.37	231,182.13		174,774.76
	Total da classe de conta: 5	0.00	0.00	179,233.66	1,338,208.96	0.00	1,158,975.30
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS		775,595.57	776,923.69	776,923.69		
63	GASTOS COM O PESSOAL		393,422.97	438,227.09	438,227.09		
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		56,863.08	56,863.08	56,863.08		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS		42,367.07	42,367.07	42,367.07		
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		1,027.63	1,027.63	1,027.63		
	Total da classe de conta: 6	0.00	1,269,276.32	1,315,408.56	1,315,408.56	0.00	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS	46,768.27		46,858.27	46,858.27		
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	1,238,072.15		1,250,434.34	1,250,434.34		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	58,334.71		58,334.71	58,334.71		
	Total da classe de conta: 7	1,343,175.13	0.00	1,355,627.32	1,355,627.32	0.00	0.00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2,991,217.95	3,051,325.19	3,065,968.46	3,126,075.70		60,107.24
	Total da classe de conta: 8	2,991,217.95	3,051,325.19	3,065,968.46	3,126,075.70	0.00	60,107.24
	Total:	4,334,393.08	4,334,393.08	21,574,932.74	21,574,932.74	4,548,953.06	4,548,953.06

500968730

Balancete Razão (Sintético)

Ano fiscal: 2020

Todas as contas

Do período: Regularizações ao período: Regularizações

Todos os centros de custo.

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			21,662.47	20,932.57	729.90	
12	DEPOSITOS A ORDEM			3,430,540.66	3,412,081.99	18,458.67	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	3,452,203.13	3,433,014.56	19,188.57	0.00
21	CLIENTES			77,187.24	43,209.88	33,977.36	
23	PESSOAL			257,443.93	257,443.93		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS			400,800.52	400,147.40	653.12	
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			683,601.23	683,601.23		
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			27,899.40	14,524.40	13,375.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	44,804.12	106,092.48	6,315,136.26	2,898,046.85	3,417,089.41	
28	DIFERIMENTOS	6,213.50		1,717,147.07	5,033,879.14		3,316,732.07
	Total da classe de conta: 2	51,017.62	106,092.48	9,479,215.65	9,330,852.83	3,465,094.89	3,316,732.07
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			60,486.51		60,486.51	
43	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		28,116.61	2,608,867.35	1,604,031.14	1,004,836.21	
44	ATIVOS INTANGÍVEIS			57,922.10	57,922.10		
	Total da classe de conta: 4	0.00	28,116.61	2,727,275.96	1,661,953.24	1,065,322.72	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
55	RESERVAS	122,826.29		122,826.29	122,826.29		
56	RESULTADOS TRANSITADOS		122,826.29		511,386.30		511,386.30
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	56,407.37		56,407.37	231,182.13		174,774.76
	Total da classe de conta: 5	179,233.66	122,826.29	179,233.66	1,338,208.96	0.00	1,158,975.30
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS			776,923.69	1,328.12	775,595.57	
63	GASTOS COM O PESSOAL	53,093.37	44,804.12	438,227.09	44,804.12	393,422.97	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	28,116.61		56,863.08		56,863.08	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	3,940.00		42,367.07		42,367.07	
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO			1,027.63		1,027.63	
	Total da classe de conta: 6	85,149.98	44,804.12	1,315,408.56	46,132.24	1,269,276.32	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS			90.00	46,858.27		46,768.27
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			12,362.19	1,250,434.34		1,238,072.15
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		13,561.76		58,334.71		58,334.71
	Total da classe de conta: 7	0.00	13,561.76	12,452.19	1,355,627.32	0.00	1,343,175.13
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			74,750.51	74,750.51		
	Total da classe de conta: 8	0.00	0.00	74,750.51	74,750.51	0.00	0.00
	Total:	315,401.26	315,401.26	17,240,539.66	17,240,539.66	5,818,882.50	5,818,882.50

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Sede: Rua do Paço, nº 33, Penafiel
Pessoa Coletiva nº 500968730



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

BALANÇO

31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 dez 2020	31 dez 2019	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	1.004.836,21	972.684,37	
Investimentos financeiros	6	60.486,51	58.547,52	
		<u>1.065.322,72</u>	<u>1.031.231,89</u>	
Ativo corrente				
Créditos a receber	5, 6	3.560.668,38	1.260.770,55	
Estado e outros entes públicos	10	17.322,09	9.353,77	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	13.375,00	11.735,00	
Diferimentos		1.596,63	1.050,29	
Outros ativos correntes	6	787,65	11.746,96	
Caixa e depósitos bancários		19.188,57	34.609,93	
		<u>3.612.938,32</u>	<u>1.329.266,50</u>	
Total do ativo		<u>4.678.261,04</u>	<u>2.360.498,39</u>	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	6	160.023,07	160.023,07	
Resultados transitados	6	511.386,30	436.635,79	
Excedentes de revalorização	6	312.791,17	312.791,17	
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	6	174.774,76	231.182,13	
		<u>1.158.975,30</u>	<u>1.140.632,16</u>	
Resultado líquido do período	10	60.107,24	74.750,51	
Total dos fundos patrimoniais		<u>1.219.082,54</u>	<u>1.215.382,67</u>	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		-	-	
Financiamentos obtidos		-	-	
Outras dívidas a pagar	6	46.459,11	-	
		<u>46.459,11</u>	<u>-</u>	
Passivo corrente				
Fornecedores		-	-	
Estado e outros entes públicos	10	30.460,54	28.529,14	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-	
Financiamentos obtidos	6	-	205.000,00	
Diferimentos	5	3.318.328,70	797.376,17	
Outras dívidas a pagar	6	63.930,15	114.210,41	
		<u>3.412.719,39</u>	<u>1.145.115,72</u>	
Total do passivo		<u>3.459.178,50</u>	<u>1.145.115,72</u>	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>4.678.261,04</u>	<u>2.360.498,39</u>	

O Contabilista Certificado

A Direção

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Sede: Rua do Paço, nº 33, Penafiel
Pessoa Coletiva nº 500968730



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	46.768,27	87.503,70
Subsídios, doações e legados à exploração	5	1.238.072,15	1.342.182,78
Fornecimentos e serviços externos	10	(775.595,57)	(905.511,93)
Gastos com o pessoal	7	(393.422,97)	(373.623,85)
Outros rendimentos	10	58.334,71	75.365,95
Outros gastos	10	(42.397,10)	(57.006,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		131.759,49	168.909,76
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(56.863,08)	(72.462,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		74.896,41	96.447,63
Juros e gastos similares suportados		(997,60)	(5.643,60)
Resultado antes de impostos		73.898,81	90.804,03
Imposto sobre o rendimento do período		(13.791,57)	(16.053,52)
Resultado líquido do período		60.107,24	74.750,51

O Contabilista Certificado

A Direção

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIELSede: Rua do Paço, nº 33, Penafiel
Pessoa Coletiva nº 500968730ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

Período findo em 31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		67.905,85	108.027,23
Recebimentos de subsídios		1.481.638,60	1.260.028,76
Pagamentos de bolsas		(328.308,68)	(330.184,01)
Pagamentos a fornecedores		(497.247,16)	(580.207,07)
Pagamentos ao pessoal		(355.031,91)	(335.624,11)
Caixa gerada pelas operações		368.956,70	122.040,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15.345,24)	(895,62)
Outros recebimentos/pagamentos		(55.675,62)	28.286,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		297.935,84	149.431,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(105.420,61)	(39.906,00)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(1.938,99)	(839,87)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(107.359,60)	(40.745,87)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de fundos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(205.000,00)	(90.100,00)
Juros e gastos similares		(997,60)	(5.611,27)
Redução de fundos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(205.997,60)	(95.711,27)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(15.421,36)	12.974,61
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		34.609,93	21.635,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19.188,57	34.609,93

O Contabilista Certificado

A Direção

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Associação Empresarial de Penafiel** (“Associação” ou “AEP”), fundada em 1892, é uma entidade centenária de duração ilimitada e sem fins lucrativos que, desde a década de 60 até aos dias de hoje, mantém a sua Sede oficial na Rua do Paço 33, em pleno Centro Histórico da Cidade de Penafiel, estando os principais serviços ao dispor dos seus Associados nas instalações sitas na Rua D. António Ferreira Gomes.

A AEP tem por objetivo a representação e defesa dos interesses da atividade empresarial e dos seus associados, tendo em vista o respetivo progresso técnico, económico e social.

Como reconhecimento público da sua importância e capacidade interventora, a Autarquia decidiu atribuir-lhe a Medalha de Ouro do Concelho, em 3 de Março de 1993, e o Governo Central distinguiu-a com o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, em 20 de Outubro de 1993.

Para a prossecução dos seus fins estatutários, uma das principais atribuições da AEP é assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção dos seus serviços técnicos nas áreas que se revelam de interesse, nomeadamente na área Jurídica, Económica e Fiscal.

Os associados da AEP têm, assim, à sua disposição, diversos serviços departamentais para lhes prestar apoio técnico, todos assegurados por um quadro de técnicos especializados, aptos a fornecer-lhes todas as informações que considerem necessárias e úteis.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho,

designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Associação age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos noutras entidades encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados, como rendimento do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros/ Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica “Outros ativos financeiros”, correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

h) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

i) Rédito

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Associação, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

j) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos, estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica "Outras dívidas a pagar".

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

k) Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das actividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange portanto os rendimentos resultantes de actividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários. Neste caso, a Associação encontra-se sujeita à taxa de IRC de 21%, sobre o rendimento global, de acordo com o art.º 53.º do CIRC.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda,

eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Com a exceção do mencionado no ponto 3.4, não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões.

Não verificou igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas.

No período, efetuou-se uma correção prospetiva relacionada com o reconhecimento de ajustamentos em subsídios derivados dos impostos a suportar associados a subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos, no montante de 46.459 euros. Para além disso, não houve qualquer reconhecimento de erros materialmente relevantes.

Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada a posição financeira e o desempenho da Associação.

3.4 Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL

No período de 2020, a Associação passou da aplicação das NCRF do Sistema de Normalização Contabilístico para a NCRF-ESNL. A adoção da NCRF-ESNL não teve impactos nos fundos patrimoniais. Foram efetuadas as reclassificações pertinentes ao nível de rubricas de Balanço e Demonstração dos resultados.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8	12,50% - 33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2020						TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2019	312.796,17	1.273.158,03	106.576,88	-	501.334,83	325.986,52	2.519.852,43
Adições	-	68.962,00	-	15.362,85	817,95	3.872,12	89.014,92
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	312.796,17	1.342.120,03	106.576,88	15.362,85	502.152,78	329.858,64	2.608.867,35
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2019	-	(657.740,58)	(85.727,46)	-	(500.973,90)	(302.726,12)	(1.547.168,06)
Adições	-	(27.354,88)	(8.927,60)	(1.600,30)	(916,39)	(18.063,91)	(56.863,08)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	-	(685.095,46)	(94.655,06)	(1.600,30)	(501.890,29)	(320.790,03)	(1.604.031,14)
Quantia escriturada	312.796,17	657.024,57	11.921,82	13.762,55	262,49	9.068,61	1.004.836,21

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

5. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS**5.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras**

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2020			
				Ativo (Créditos a receber)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	01/01/2020	31/12/2020	55.871,73	-	-	537.084,63
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	1.661,28	-	-	-
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	12.238,74	-	-	-
Formação - Ação para PME	POCI	-	2020	-	-	-	895,05
Centros Qualifica	POCH	02/10/2018	31/12/2020	43.600,03	-	-	155.558,60
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	26/11/2018	26/05/2021	231.640,70	233.760,18	-	104.718,21
Formação Modular para Desempregados de Longa Duração	POISE	03/12/2018	03/06/2021	66.121,98	65.703,32	-	84.706,58
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	24/09/2019	04/12/2020	30.981,25	-	-	84.494,44
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	01/10/2019	30/09/2021	180.705,43	176.870,63	-	58.976,16
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/12/2021	56.984,49	62.799,41	-	5.836,57
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	28/08/2023	2.593.142,29	2.597.570,08	-	83.851,37
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/12/2022	181.737,42	181.625,08	-	9.456,41
ERASMUS +		01/01/2020	31/12/2020	-	-	-	11.419,40
Protocolo Câmara Municipal de Penafiel	CMPenafiel	01/01/2020	31/12/2020	-	-	-	19.000,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	01/01/2020	31/12/2020	71.915,68	-	-	82.074,72
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	221.233,87	9.948,26
				3.526.601,02	3.318.328,70	221.233,87	1.248.020,40

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2020			31.12.2019		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
SCAEP, Unipessoal, Lda	56.505,90	-	56.505,90	56.505,90	-	56.505,90
Fundo de compensação do trabalho	2.980,61	-	2.980,61	2.041,62	-	2.041,62
Outros	1.000,00	-	1.000,00	-	-	-
Investimentos financeiros	60.486,51	-	60.486,51	58.547,52	-	58.547,52
Clientes, c/c	34.067,36	-	34.067,36	17.769,11	-	17.769,11
Subsídios	3.526.601,02	-	3.526.601,02	1.243.001,44	-	1.243.001,44
Créditos a receber	3.560.668,38	-	3.560.668,38	1.260.770,55	-	1.260.770,55
Associados, c/c	13.375,00	-	13.375,00	11.735,00	-	11.735,00
Associados	13.375,00	-	13.375,00	11.735,00	-	11.735,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-	-	6.540,00	-	6.540,00
Outros	787,65	-	787,65	5.206,96	-	5.206,96
Outros ativos correntes	787,65	-	787,65	11.746,96	-	11.746,96

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2020			31.12.2019		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	-	-	205.000,00	-	205.000,00
Financiamentos obtidos	-	-	-	205.000,00	-	205.000,00
Ajustamentos em subsídios	-	46.459,11	46.459,11	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	56.843,37	-	56.843,37	81.099,08	-	81.099,08
Fornecedores de investimentos	5.400,58	-	-	24.467,57	-	24.467,57
Outros credores	7.086,78	-	7.086,78	8.643,76	-	8.643,76
Outras dívidas a pagar	69.330,73	46.459,11	110.389,26	114.210,41	-	114.210,41

6.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

Rubricas	31.12.2020					
	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2020	160.023,07	436.635,79	312.791,17	231.182,13	74.750,51	1.215.382,67
Aplicação do Resultado Líquido do período	-	74.750,51	-	-	(74.750,51)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(56.407,37)	60.107,24	3.699,87
Posição em 31 de dezembro de 2020	160.023,07	511.386,30	312.791,17	174.774,76	60.107,24	1.219.082,54

Os excedentes de revalorização são referentes a reavaliação de terreno decorrente de diploma legal em 1994.

7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**7.1 Número médio de empregados durante o período**

	2020	2019
Início do período	18	18
Fim do período	19	18
Média do período	20	18

7.2 Gastos com o pessoal

	2020	2019
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	316.529,58	296.501,44
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Encargos com segurança social		
Remunerações do pessoal	73.540,98	69.294,07
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Indemnizações	-	7.828,34
Bolsas - estágio e subsídios	3.352,41	-
	393.422,97	373.623,85

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**8.1 Autorização para emissão**

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Direção em 25 de maio de 2021.

8.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

9. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

10. OUTRAS DIVULGAÇÕES

10.1 Partes relacionadas

Partes relacionadas

Empresas Subsidiárias

SCAEP, Unipessoal, Lda

No período, a Associação prestou serviços no montante de 7.200 euros à SCAEP.

10.2 Vendas e serviços prestados

	2020	2019
Quotas	15.489,40	14.191,90
Jóias	525,00	1.167,50
Aluguer de instalações	9.942,50	31.162,00
Formação	8.665,50	6.334,50
Arrendamento	3.600,00	3.600,00
Prestações de serviços	8.545,87	19.592,80
Outros	-	11.455,00
	46.768,27	87.503,70

10.3 Estado e outros entes públicos

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto sobre o valor acrescentado	17.322,09	9.353,77
Total ativo	17.322,09	9.353,77

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
IRC a pagar	11.305,91	9.212,99
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	11.397,32	12.023,10
Imposto sobre o valor acrescentado		
Contribuições para a Segurança Social	7.661,08	7.201,78
Fundo de compensação	96,23	91,27
Total passivo	30.460,54	28.529,14

10.4 Fornecimentos e serviços externos

	2020	2019
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	63.881,99	137.354,84
Publicidade e propaganda	1.739,50	16.742,41
Vigilância e segurança	132,23	1.398,85
Bolsas - formandos	328.861,13	330.184,01
Honorários - formadores	281.944,58	282.241,52
Honorários - outros	4.868,70	3.600,00
Conservação e reparação	838,60	2.805,46
Serviços bancários	8.288,16	2.353,00
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8.313,82	12.315,48
Livros e documentação técnica	-	167,87
Material de escritório	9.516,81	8.503,19
Outros	-	876,55
Energia e fluídos		
Eletricidade	12.231,55	15.024,34
Combustíveis	2.608,12	2.702,69
Água	1.837,26	1.772,35
Outros	117,07	232,45
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	10.546,02	32.510,59
Outros	-	240,00
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	9.516,09	9.370,35
Comunicação	6.026,01	5.659,54
Seguros	7.661,64	9.600,48
Limpeza, higiene e conforto	3.045,03	4.374,41
Outros serviços	13.621,26	25.481,55
	775.595,57	905.511,93

10.5 Outros rendimentos

	2020	2019
Bar	4.232,99	24.157,05
Alugueres	412,50	7.545,00
Estudos, projetos	32.160,00	6.371,95
Donativos	5.980,70	12.000,00
Imputação de subsídios para investimentos	9.948,26	9.948,26
Outros	5.600,26	15.343,69
	58.334,71	75.365,95

10.6 Outros gastos

	2020	2019
Impostos e taxas	233,64	4.653,36
Outros		
Quotizações	2.215,00	1.890,00
Correções relativas a períodos anteriores	4.205,74	3.524,17
Bar (compras)	4.016,54	19.022,44
Correções de subsídios	22.720,04	21.797,57
Outros	9.006,14	6.119,35
	42.397,10	57.006,89

10.7 Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 60.107,24 euros, a Direção propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 60.107,24 euros

Penafiel, 25 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

A Direção

BALANÇOS HISTÓRICOS DA EMPRESA

Un: Euros

Un: Euros

Rubricas	Código SNC	2018		2019		2020	
Activo							
1. Activo não corrente		1 061 890	32,92%	1 031 232	41,09%	1 065 323	21,48%
1.1 Activos fixos tangíveis	43	€ 1 017 583	32,92%	€ 972 684	41,09%	€ 1 004 836	21,48%
1.2 Activos fixos intangíveis	44	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.3 Participações financeiras - M.E.P	41	€ 43 089	1,39%	€ 56 506	2,39%	€ 0	0,00%
1.4 Outros investimentos financeiros	41	€ 1 218	0,04%	€ 2 042		€ 60 487	1,29%
2. Existências	31 a 39	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
3. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21, 22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Contas a receber e a pagar - Curto prazo		€ 2 001 414	0,16%	€ 1 300 447	0,75%	€ 3 592 153	0,00%
4.1. Clientes	21	€ 5 034	0,16%	€ 17 769	0,75%	€ 0	0,00%
4.2. Outros	228, 24 a 27	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4.2.1. Fundadores/ beneméritos/associados		€ 0		€ 0		€ 13 375	
4.2.2. Estado e Outros Entes Públicos		€ 14 862		€ 16 194		€ 17 322	
4.2.3. Outras contas a receber		€ 1 981 518		€ 1 266 483		€ 3 561 456	
5. Depósitos à ordem/Outros instr. financeiros/Caixa	11 a 14	€ 21 635	0,70%	€ 34 610	1,46%	€ 19 189	0,41%
6. Diferimentos	281 e 282	€ 6 210	0,20%	€ 1 050	0,04%	€ 1 597	0,03%
7. Total do Activo (1+2+3+4+5+6)		€ 3 091 150	100,00%	€ 2 367 339	100,00%	€ 4 678 261	100,00%
Fundos Patrimoniais e Passivo							
8. Fundos	51,52,54	€ 160 023	5,18%	€ 160 023	6,76%	€ 160 023	3,42%
9. Outros instrumentos de Capital Próprio	53	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Reservas + Resultados Transitados	55 a 59	€ 948 443	30,68%	€ 980 609	41,42%	€ 998 952	21,35%
10.1. Excedentes de Reavaliação		€ 424 522		€ 424 522		€ 312 791	
10.2. Outras Reservas		€ 11 096		€ 11 096		€ 0	
10.3. Resultados Transitados		€ 271 695		€ 313 810		€ 511 386	
10.4. Outras Variações		€ 241 130		€ 231 182		€ 0	
10.5. Ajust./ outras var. nos fundos patrimoniais						€ 174 775	
11. Resultados Líquidos do Exercício	81	€ 42 114	1,36%	€ 74 751	3,16%	€ 60 107	1,28%
12. Dividendos Antecipados	89	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
13. Total dos fundos patrimoniais (9+10+11+12)		€ 1 150 580	37,22%	€ 1 215 383	51,34%	€ 1 219 083	26,06%
Passivo							
14. Provisões	29	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21 a 27	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 46 459	0,99%
15.1 Dividas a Instituições de Crédito	25	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.2 Dividas a Sócios (Suprimentos)	26	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.3 Outras Dividas	21,22,24,27	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 46 459	0,99%
16. Contas a receber e a pagar - Curto Prazo	21 a 26,12	€ 298 951	9,67%	€ 354 580	14,98%	€ 94 391	2,02%
16.1 Dividas a Instituições de Crédito	25,12	€ 234 115	7,57%	€ 205 000	8,66%	€ 0	0,00%
16.2 Fornecedores	22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.3 Estado e outros entes públicos	24	€ 15 096	0,49%	€ 35 370	1,49%	€ 30 461	0,65%
16.4 Outras Dividas	21,25,26	€ 49 739	1,61%	€ 114 210	4,82%	€ 63 930	1,37%
16.4.1. Outros Empréstimos Obtidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.2. Accionistas (sócios)		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.3. Outros Credores		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 63 930	1,37%
17. Diferimentos	282	€ 1 641 620	53,11%	€ 797 376	33,68%	€ 3 318 329	70,93%
17.1. Acréscimos de Custos		€ 40 373	1,31%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
17.2. Rendimentos a reconhecer		€ 1 560 873	50,49%	€ 797 377	33,68%	€ 3 318 329	70,93%
17.2. Outros rendimentos diferidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
19. Total do Passivo (15+16+17+18)		€ 1 940 570	62,78%	€ 1 151 956	48,66%	€ 3 459 179	73,94%
20. Total do Capital Próprio e do Passivo (14+19)		€ 3 091 150	100,00%	€ 2 367 339	100,00%	€ 4 678 261	100,00%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
 Vasco António Bessa de Melo
 Pedro José Gomes de Melo
 Augusto Basílio Neves Teixeira
 Pedro Miguel Sequeira e Cunha

A Contabilista Certificada

Dr.ª Dulce Sofia Monteiro da Silva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS HISTÓRICOS

Rubricas	Cód SNC	2018		2019		2020	
Rendimentos							
1. Vendas (líquidas)	71	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.1. Mercado Interno		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.2. Mercado Externo		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
2. Prestações de Serviços	72	€ 50 240	4,43%	€ 87 504	5,81%	€ 46 768	3,48%
3. Variação nos Inventários de Produção	73	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Trabalhos para a Propria Entidade	74	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
5. Subsidio à Exploração	75	€ 1 007 195	88,85%	€ 1 342 182	89,18%	€ 1 238 072	92,18%
6. Reversões	76	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
7. Ganhos por Aumento de Justo Valor	77	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
8. Outros Rendimentos e Ganhos	78	€ 76 200	6,72%	€ 75 366	5,01%	€ 58 335	4,34%
9. Juros Dividendos e outros Rendimentos Similares	79	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Total (1+2+3+4+5+6+7+8+9)		€ 1 133 635	100,00%	€ 1 505 052	100,00%	€ 1 343 175	100,00%
Gastos							
11. Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	61	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.1 Origem Interna		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.2 Origem Externa		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12. Fornecimentos e Serviços Externos	62	€ 637 094	36,12%	€ 905 512	60,16%	€ 775 596	53,99%
12.1. Subcontratos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12.2. Serviços Especializados		€ 315 171	27,80%	€ 776 680	51,60%	€ 690 555	51,41%
12.3. Materiais		€ 14 326	1,26%	€ 21 863	1,45%	€ 17 831	1,33%
12.4. Energias e Fluidos		€ 17 553	1,55%	€ 19 732	1,31%	€ 16 794	1,25%
12.5. Deslocações, Estadas e Transportes		€ 16 976	1,50%	€ 32 751	2,18%	€ 10 546	0,79%
12.6. Serviços Diversos		€ 45 441	4,01%	€ 54 486	3,62%	€ 39 870	2,97%
13. Gastos com o Pessoal	63	€ 363 733	32,09%	€ 373 624	24,82%	€ 393 423	29,29%
14. Gastos de Depreciação e de Amortização	64	€ 64 388	5,68%	€ 72 462	4,81%	€ 56 863	4,23%
15. Perdas por Imparidade	65	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16. Perdas por Redução do Justo Nalor	66	€ 0	2,01%	€ 0	3,79%	€ 0	0,00%
17. Provisões do Período	67	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
18. Outros Gastos e Perdas	68	€ 22 822	2,01%	€ 57 007	3,79%	€ 42 367	3,15%
19. Total (11+12+13+14+15+16+17+18)		€ 1 088 037	100,00%	€ 1 408 605	93,59%	€ 1 268 249	94,42%
19. Rest antes Encargos Financiamento e Impostos(10-18)		€ 45 598	4,02%	€ 96 448	6,41%	€ 74 926	5,58%
20. Gastos e Perdas de Financiamento	69	€ 2 589	0,23%	€ 5 644	0,38%	€ 1 028	0,08%
20.1 de Funcionamento		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
20.2 de Financiamento		€ 2 589	0,23%	€ 5 611	0,37%	€ 1 028	0,08%
21. Resultados Antes do Imposto (19-20)		€ 43 009	6,75%	€ 90 804	6,03%	€ 73 898	5,50%
23. Imposto sobre o Rendimento do Período		€ 895	0,14%	€ 16 054	1,07%	€ 13 791	1,03%
24. Resultado Líquido do Período (10-18-20-22-24)	81	€ 42 114	3,71%	€ 74 751	4,97%	€ 60 107	4,48%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
 Vasco António Bessa de Melo
 Pedro José Gomes de Melo
 Augusto Basílio Neves Teixeira
 Pedro Miguel Sequeira e Cunha

A Contabilista Certificada

Drª Dulce Sofia Monteiro da Silva



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Instituição de Utilidade Pública

15. Relatório de Auditoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 4.678.261 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.219.083 euros, incluindo um resultado líquido de 60.107 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL**, em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019 não foram auditadas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

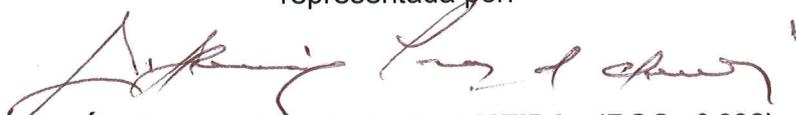
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de maio de 2021

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
representada por:



JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA - (ROC nº 698)